



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria

Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal - CMRI

Ata de Reunião 24/11/2020 – 33ª Reunião Ordinária CMRI

Informações da Reunião							
Assunto:	33ª Reunião Ordinária - CMRI						
Participantes:	Camila Lacerda Couto – CGD/SMPG Rita de Cássia Reda Eloy – SMT Helena Baptista Franken – SMT Decio Schwelm Vidal – CGD/SMPG Marcos Vinicius Andrade da Silveira - PROCEMPA Marco Antonio Trisch Mendonça – SMPG/DGPES Aline dos Santos Stoll – PGM Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira - PGM Aline Silva Maciel – SMRI						
Ausências Justificadas	Gabinete do Prefeito - GP						
Data:	24/11/2020	Início:	14h05min	Final:	15h25min	Local:	Reunião realizada na modalidade tele trabalho, através do software Skype.

Pauta		
#	Assunto	Responsável
01	Julgamento Recurso 002611-20-72 – Decisão 31/2020 – Relator PGM	PGM
02	Julgamento Recurso 002673-20-58 – Decisão 32/2020 – Relator SMPG/DGPES	SMPG/DGPES
03	Distribuição Recurso 002778-20-66 – Decisão 33/2020 – Relator SMPG/CGD	SMPG/CGD
04	Distribuição Recurso 002803-20-06 – Decisão 34/2020 – Relator SMRI	SMRI
05	Distribuição Recurso 002962-20-67/002963-20-15/002965-20-20/002966-20-88 - Decisão 35/2020 – Relator PROCEMPA	PROCEMPA
06	Relatório de atividades da CMRI 2020	CMRI
07	Divulgação do manual de procedimentos da CMRI	CMRI
08	Recondução dos mandatos dos membros da CMRI	CMRI
09	Aberto a sugestões dos membros da CMRI	CMRI

Principais Pontos Discutidos

- A reunião foi iniciada pela Sra. Camila, Presidente da CMRI, seguindo a ordem dos assuntos definidos em pauta. *(As reuniões presenciais seguem suspensas, devido às medidas de enfrentamento à pandemia COVID-19. As reuniões estão sendo realizadas por videoconferência, através do software Skype);*
- **Julgamento Recurso 002611-20-72 – Decisão 31/2020 - Relator PGM:** A Sra. Cristiane Catarina iniciou o relato do recurso que ficou sob responsabilidade da Procuradoria-Geral do Município (PGM), no qual, objetivamente, o requerente solicita informações sobre a existência de um Projeto de Pesquisa, com metodologia e fundamentação, com possibilidade de acesso aos dados da pesquisa e ao processo administrativo que acompanhou tal pesquisa divulgada pela Secretaria Municipal da Educação (SMED) no dia 04 de junho de 2020 no sentido de que "mais de 95% dos estudantes têm pelo menos um telefone celular em casa". Após considerar que não obteve o solicitado, o requerente ingressou com o pedido de recurso, reiterando pedido de informações no mesmo sentido já feito, com questões bem objetivas de natureza metodológica. A relatora informa que, após contato com o Gabinete da SMED, foi recebida a informação de que não há um projeto de pesquisa específico para levantamento do dado "uso de celular pelos alunos da Rede Municipal", sendo que a informação compartilhada publicamente sobre o percentual de alunos que tem acesso a celular tem origem em pesquisa realizada pelo TCE, que já foi encaminhada ao requerente, assim como nos dados coletados no questionário contextual que acompanha a prova diagnóstica realizada com os alunos do 5º e 9º ano, no de 2019. Após análise do recurso, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decidiu por dar provimento ao recurso, prestando as informações solicitadas ao requerente, de que não há um projeto de pesquisa específico para o levantamento dos dados citados no pedido de acesso à informação. *Acesso à Decisão em sua íntegra está disponível no sítio eletrônico da Comissão: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?req=7&p_secao=29;*
- **Julgamento Recurso 002673-20-58 – Decisão 32/2020 - Relator SMPG/DGPES:** O Sr. Marco Mendonça iniciou o relato do recurso que ficou sob responsabilidade da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), no qual, resumidamente, o requerente fez seis questionamentos acerca das políticas sociais desenvolvidas pelo Poder Público Municipal para os povos indígenas em Porto Alegre. Após o atendimento da solicitação, o requerente alegou que, as informações prestadas não atenderam de forma precisa e organizada, de modo que reapresentou diversos questionamentos solicitando o detalhamento de vários itens, alegando a insuficiência dos esclarecimentos, além de não ter sido concedido o acesso aos processos administrativos (SEI) solicitados. O relator informou que, após tentativas de contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE), não obteve atendimento aos esclarecimentos solicitados, conforme registrado na presente Decisão. Após análise do recurso, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decidiu por dar provimento ao recurso, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias, para que a SMDSE atenda aos questionamentos do requerente, de forma objetiva e clara (ou comunique que não possui as informações requeridas), bem como, conceda o acesso aos processos administrativos solicitados. *Acesso à Decisão em sua íntegra está disponível no sítio eletrônico da Comissão: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?req=7&p_secao=29;*
- **Distribuição dos recursos:** Foram distribuídos 6 (seis) novos recursos recebidos através do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Após avaliação pelos presentes, do conteúdo dos 4 (quatro) últimos recursos recebidos e pelo solicitado pelo cidadão em grau de recurso em cada um deles, à Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), decidiu-se, por unanimidade dos presentes, que estes recursos serão julgados em uma única decisão, centralizando as informações. Detalhes sobre a distribuição dos recursos constam na tabela abaixo:

Protocolo	Decisão	Órgão relator	Última Reunião Ord. antes do encerramento do prazo
002778-20-66	33/2020	SMPG/CGD	26/01/2021
002803-20-06	34/2020	SMRI	26/01/2021
002962-20-67 002963-20-15 002965-20-20 002966-20-88	35/2020	PROCEMPA	26/01/2021

- **Relatório de Atividades da CMRI 2020:** A Sra. Camila informou que será encaminhado o Relatório de Atividades da CMRI, referente ao ano de 2020, para conhecimento e

para contribuições dos membros. Posteriormente, o relatório será validado pela CMRI. Cabe o registro de que o relatório citado cumpre o estabelecido no art. 6º, X do Decreto Municipal 20.129/2018;

- Manual de Procedimentos CMRI: A Sra. Camila reiterou aos presentes sobre o manual de procedimentos da CMRI (disponível no processo SEI 20.0.000079814-3) orientando que, em caso de dúvidas, podem solicitar orientação à Diretoria CMRI. A Sra Rita também registrou a importância dos servidores darem ciência no referido processo SEI, para registro;
- Recondução dos mandatos dos membros da CMRI: A Sra Camila informou sobre a necessidade da formalização das reconduções dos mandatos de 2 (dois) anos dos membros representantes na Comissão, que se encerra em dezembro de 2020. Reiterou que sempre é necessária a presença de pelo menos um dos representantes de cada órgão/secretaria, em cada reunião ordinária, bem como comunicar e justificar em caso de ausências, conforme previsto no regimento interno da CMRI (Decreto 20.129/2018). A Sra. Rita sugeriu que, aqueles que não tiverem a disponibilidade de permanecer como membros, encaminhem as indicações de substitutos, através dos titulares de suas pastas. Reiterou a relevância do trabalho exercido pela Comissão e a importância da colaboração de todos os membros;
- Sem mais, encerrou-se a presente reunião às 15h25min.

Ações Requeridas para próxima reunião				
Pendências	Ação	Responsável	Prazo	Status
01	Recurso 002778-20-66 – Decisão 33/2020 – Relator SMPG/CGD Recurso 002803-20-06 – Decisão 34/2020 – Relator SMRI	SMPG/CGD SMRI	26/01/2021	Em andamento
02	Recurso 002962-20-67/002963-20-15/002965-20-20/002966-20-88/ Decisão 35/2020 – Relator PROCEMPA	PROCEMPA	26/01/2021	Em andamento
03	Validação do relatório de atividades da CMRI, ano de 2020.	CMRI	15/12/2020	Em andamento
04	Distribuição de recurso (se houver)	Secretaria-executiva CMRI	15/12/2020	-

Calendário previsto para as próximas reuniões CMRI – 2020				
15/12/2020	14h	16h	Reunião on- line (Skype)	

De acordo:

Camila Lacerda Couto – Presidente da CMRI
Coordenação de Gestão Documental
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SMPG

Rita de Cássia Reda Eloy – Vice-presidente da CMRI
Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTC

Heleno Baptista Franken – Secretário CMRI
Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTc

Aline Silva Maciel
Secretaria Municipal de Relações Institucionais - SMRI

Aline dos Santos Stoll
Procuradoria-Geral do Município - PGM

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
Procuradoria-Geral do Município - PGM

Decio Schwelm Vidal
Coordenação de Gestão Documental
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SMPG

Marco Antonio Trisch Mendonça
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SMPG

Marcos Vinicius Andrade da Silveira
Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre - PROCEMPA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DGTP/SMTC
DESPACHO**

De acordo com a ata de registro da 33ª Reunião Ordinária CMRI (documento 12316888):

Camila Lacerda Couto - Presidente da CMRI

Coordenação de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SMPG

Rita de Cássia Reda Eloy – Vice-presidente da CMRI

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTc

Heleno Baptista Franken – Secretário CMRI

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTc

Aline Silva Maciel

Secretaria Municipal de Relações Institucionais - SMRI

Aline dos Santos Stoll

Procuradoria-Geral do Município - PGM

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira

Procuradoria-Geral do Município - PGM

Decio Schwelm Vidal

Coordenação de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SMPG

Marco Antonio Trisch Mendonça

Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SMPG

Marcos Vinicius Andrade da Silveira



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 26/11/2020, às 15:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 26/11/2020, às 15:27, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/11/2020, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 26/11/2020, às 15:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Silva Maciel, Servidor Público**, em 26/11/2020, às 15:33, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 27/11/2020, às 12:22, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Aline dos Santos Stoll, Chefe de Unidade**, em 15/12/2020, às 14:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **12316909** e o código CRC **EA745CFF**.